

## ***Do Sertão Carioca ao centro metropolitano: as disputas por terra na zona oeste do Rio de Janeiro (1940 – 2010)***

From Sertão Carioca to metropolitan center:  
the land conflicts in Rio de Janeiro west zone (1940 – 2010)

*Leonardo Soares dos Santos<sup>1</sup>*

*Renato de Souza Dória<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Este artigo trata das principais disputas por terra desde as décadas de 1940 e 1950 na região conhecida pelo nome de Sertão Carioca (atual Zona Oeste da cidade) até 2010. Região cuja memória histórica sempre procurou notabilizar figuras de maior relevo social e econômico como antigos *barões do café* e líderes políticos tradicionais, também foi palco de lutas envolvendo pequenos lavradores e moradores de favelas. É sobre a memória dessas lutas esquecidas que esse artigo se debruça, procurando evidenciar ao longo de sete décadas o fio condutor que liga as lutas do passado com os conflitos do presente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jacarepaguá. Sertão Carioca. Rio de Janeiro. Luta pela Terra. Brasil Republicano. Centro Metropolitano.

**ABSTRACT:** This article treat of principle conflicts for land from 40's and 50's in Sertão Carioca (actually Zona Oeste of city) to 2010. The historic memory of this region always search to become notable figures of economic and social relevance such as old *coffee barons* and traditional politicians figures, it was scene of struggles involving peasants population from the *slams*. It's about this forgot struggles that this article bend over, searching to put in evidence throughout seven decades the links with recent conflicts.

**KEYWORDS:** Sertão Carioca, Rio de Janeiro, Rural Zone, Struggles for Land, Republican Brazil e Metropolitan Center.

Quando analisamos a história da atual zona oeste do Rio de Janeiro, observamos que são dois os tipos de imagem mais recorrentes: uma é a que ressalta os “filhos ilustres” que “marcaram a história da região”, desde a época da concessão das primeiras sesmarias até o “apogeu” das grandes fazendas de café. E deste ponto de vista tradicional os personagens dignos de menção são sempre os senhores de engenho e os grandes fazendeiros de café, alguns

---

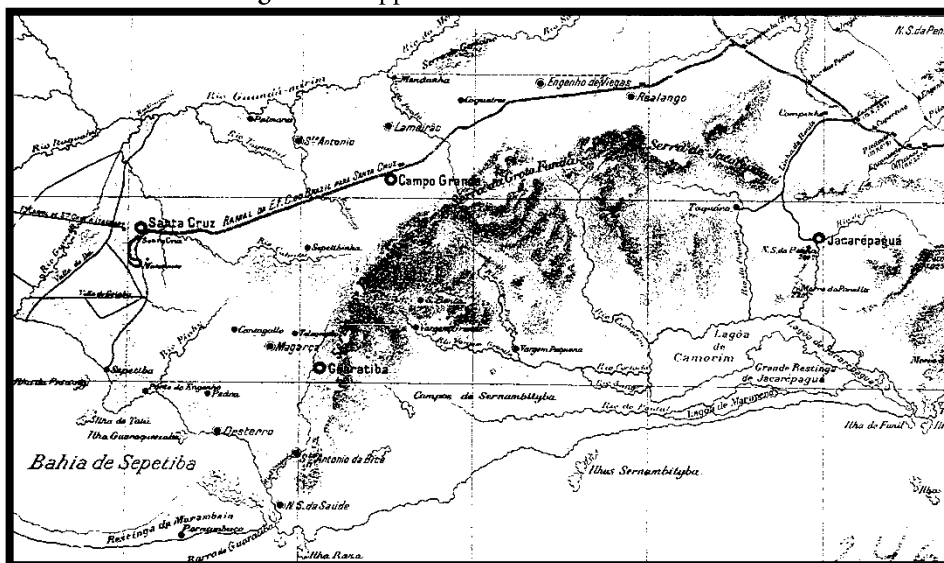
<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF), Polo de Campos dos Goytacazes. leossga@gmail.com.

<sup>2</sup> Bacharel em História, Gama Filho. Estudante de Ciências Sociais, UFF. renatodoria@hotmail.com.

dos quais chegariam a ocupar cargos de relevo na política, como Antônio Geremário Teles Dantas e Carlos José de Azevedo Magalhães, o Intendente do Conselho Municipal a receber mais votos nas eleições para o Conselho Municipal de 1899, os senadores Augusto Vasconcelos, Cesário de Mello e Caldeira Alvarenga e os deputados Arthur Rios e Breno da Silveira. Personagens estes “tão importantes”, que não seriam lembrados apenas nos relatos sobre a história local como também dariam seus nomes a algumas das principais vias de comunicação da região, vide a movimentada avenida Intendente Magalhães.<sup>1</sup>

Podemos citar também Francisco Pinto da Fonseca Teles<sup>2</sup>, Antônio Geremário Teles Dantas<sup>3</sup>, o senador Lauro Severiano Müller<sup>4</sup> e Candido Benício da Silva Moreira<sup>5</sup>. Todos eles ex-moradores da região e atualmente nomes de ruas também.

Figura 1- Mappa do Districto Federal de 1894



Neste *Mappa do Districto Federal de 1894*, podemos ver as principais localidades pertencentes ao que viria ser designado a partir dos anos 30 pelo nome Sertão Carioca.

A outra imagem parece estar especificamente associada com a área que hoje abarca os bairros da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e boa parte de Jacarepaguá (Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim, Curicica e parte da Taquara) e consiste em caracterizar tais áreas como que constituindo uma região que permaneceu “abandonada” por boa parte do século XX. Após o declínio da economia cafeeira no final do século XIX e do retalhamento das

terras por parte dos beneditinos a região se tornaria uma área “deserta”, só ocupada por alguns poucos “humildes pescadores e lavradores”. Essa situação só seria alterada com a formulação do Plano-piloto pelo urbanista Lúcio Costa e com a construção da Auto-Estrada Lagoa-Barra no final da década de 60, o que teria atraído vários investidores do ramo imobiliário para lugares como Barra, Jacarepaguá e Recreio, possibilitando a construção dos grandes e luxuosos condomínios voltados para a classe média alta.<sup>6</sup>

Essa suposta ausência de ocupação humana se refletiria na própria memória histórica da região, com a existência de um lapso entre o fim dos grandes engenhos e fazendas de café no final do século XIX e o início da urbanização de finais da década de 1960: nesse lapso pouca história haveria para contar ou o que havia de ocupação humana não seria digna de menção ou registro. Tanto numa imagem como na outra a figura do pequeno lavrador assim como a própria questão dos conflitos de terra eram praticamente desconsiderados.

Fato semelhante ocorre com as três últimas décadas do século passado no que se refere a figura dos ocupantes de áreas que subitamente se tornaram alvos de projeto de remoção: pouco ou nada se sabe a respeito dos conflitos de terra para moradia e remoções de favelas da região. Muito menos se tem o conhecimento de que muitos dos empreendimentos comerciais e residências, abertura de vias e estradas na região foram construídos em locais onde antes abrigavam favelas. Que razão teríamos, portanto, para estudar figuras e processos sociais tão pouco lembrados e estudados? Se a memória consolidada sobre o passado não nos serve de grande estímulo, sensação exatamente oposta nos é provocada por questões ainda presentes naquela mesma região. Pois a Zona Oeste se constitui até hoje no maior palco de litígios de terra de todo o estado do Rio de Janeiro: inúmeros casos de grilagem, assim como a indefinição da titularidade de terrenos (vide o famoso “Caso da Barra da Tijuca”) ainda parecem longe de serem elucidados.<sup>7</sup> Além disso, a região, cotada a se tornar o novo Centro Metropolitano do estado<sup>8</sup> é palco também de várias disputas pela posse da terra para moradia envolvendo associações de moradores, movimentos sociais, secretarias da administração estatal (governos federal, estadual e municipal), forças policiais e empresas dos setores

financeiro, imobiliário e da construção civil. Mas se todos esses eventos são marcantes para o presente da região eles também o foram no passado. O próprio ITERJ se encarregaria de reconhecer em seu *Atlas Fundiário* que a ocupação da cidade se deu por meio de inúmeros conflitos rurais (RIO DE JANEIRO, 1990, p. 39).

Portanto, o presente estudo, ao tratar de alguns dos conflitos de terra do passado e ver como os pequenos lavradores reagiram frente a ele, deve a sua justificativa a questões da atualidade, que tem a ver com a configuração dos conflitos fundiários que se desenrolam atualmente na região de Jacarepaguá, conflitos esses que, como também veremos, se acirraram devido à onda de despejos e remoções em curso desde 2004 realizados pela prefeitura do Rio de Janeiro para “preparar o terreno” para os empreendimentos necessários à eventos e competições esportivas internacionais, como os Jogos Pan-americanos de 2007, Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 (entenda-se *necessários* por *convenientes ao capital imobiliário*). E é exatamente por isso que cabe ressaltar alguns pressupostos deste trabalho: ele não trata desses conflitos de ontem como um acontecimento do passado, mas como a expressão de um determinado processo histórico ainda atuante (portanto, em aberto...) – a ocupação das terras da antiga zona rural do Rio de Janeiro, o fio condutor – e que se desenvolveu sob formas específicas em determinados momentos ao longo dos últimos setenta anos. Trata-se de ver também a maneira pela qual tal processo desafiou e foi desafiado pelas pessoas daquele tempo e da atualidade. E, finalmente, ver como essa luta pela terra no Sertão Carioca engendrou outras possibilidades frente ao possível que se concretizou.

### **A luta pela terra nas décadas de 1940-60: lavradores versus grileiros no Sertão Carioca**

Em Jacarepaguá, os conflitos passaram a ganhar visibilidade perante a opinião pública da cidade depois das obras de saneamento realizadas pelo antigo Departamento de Obras e Saneamento (DNOS). As terras recuperadas por sua intervenção passaram a ser alvo de companhias imobiliárias, de um lado, e lavradores, do outro. Quando de sua inauguração em junho de 1945, o Comitê Democrático Progressista de Jacarepaguá (espécie de associação de



bairro do Partido Comunista do Brasil-PCB) destacava em seu “convite ao povo de Jacarepaguá” que os “objetivos gerais” da entidade (na verdade, os princípios do programa político do PCB) eram: a “União Nacional”, a ordem e a tranquilidade, as reivindicações econômicas mais imediatas e eleições livres e honestas. Muito a propósito, o “convite” acrescentava como “objetivos locais” as seguintes reivindicações: melhores estradas, calçamento, água e “principalmente esgoto”, escolas, maternidade, crédito agrícola e “sobretudo, a entrega ao pequeno lavrador, pelo governo, dos férteis terrenos saneados pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento e que estão nas mãos dos ‘grileiros’ que os vendem à peso de ouro”.<sup>9</sup> Pelo resto da década de 1940, tal problema seria alçado como o principal entre aqueles sofridos pelos habitantes da região, em especial, seus “camponeses”.

Na virada para a década de 50, o acirramento do processo de loteamento da zona rural fará com que muitas famílias de lavradores deixem de vivenciar a possibilidade de despejo como uma ameaça, mas sim como algo concreto. A partir daí, muitos lavradores que ainda ocupavam terras destinadas a loteamentos por seus pretensos proprietários seriam afetadas com a implementação de uma tática agressiva por parte dos supostos grileiros: a alegada violência não se dava apenas pelas simples ameaças de expulsão das terras através das notificações de oficiais de justiça, por exemplo, ela agora tomava forma na ação de “capangas” com suas “rondas noturnas”, geralmente – é que se dizia – “armados até os dentes”; na destruição de casas, benfeitorias e lavouras; na derrubada de cercas etc. Os jornais da época, a seu modo, tentavam retratar tal cenário. A pressão exercida pelos loteadores “com a avalanche de despejos” estava deixando o Sertão Carioca “em pânico”, estampava *O Popular* em sua manchete de capa.

**Figura 2-** Uma das milhares de famílias de pequenos lavradores então ameaçadas de despejo no Sertão Carioca



Fonte: Acervo *Última Hora*. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Assim como na década anterior, a defesa da posse da terra dos lavradores continuou a girar em torno do instituto do usucapião. Tal instituto jurídico (assegurado pelo *Código Civil*) era uma das formas de garantir o direito ao usufruto ou posse da terra ocupada dentro de um prazo determinado. Tão importante, que mesmo os que inicialmente se reconheciam como “arrendatários” passaram a requerer a condição de “posseiros”. Uma estratégia arriscada à primeira vista. Mas não podemos esquecer que a confusão em torno de escrituras e títulos de propriedade (todos apresentados como legítimos) era tanta, que os advogados dos lavradores não viam como absurda o fato de apresentar a versão de que eles teriam sido induzidos a pagar arrendamento (reconhecendo, assim, o direito de propriedade) a “falsos proprietários”, sem saber que na verdade tinham ocupado terras devolutas. Quando chegamos à metade da década de 1950 o quadro se revela praticamente o mesmo segundo matéria do *Imprensa Popular*. Como o provaria a situação de cerca de dois mil lavradores com suas respectivas famílias na Fazenda Piaí (Sepetiba), “vivendo todos eles sobressaltados com o jôgo escabroso dos Lopes [nome da família pretensa proprietária], que resolveram introduzir, ali, o regime de terror e da fôrça, levando o pânico até às portas de humildes lavradores.” Ainda segundo o jornal, os

funcionários encarregados da administração da propriedade tinham como “ordens recebidas” do pretenso proprietário “deprestar, queimar e dizimar as palhoças e as plantações”. E mais: “até a ordem de usar o revólver foi dada.”<sup>10</sup>

Figura 3 - Anúncio de loteamento no Recreio dos Bandeirantes na década de 60



Fonte: Acervo do Última Hora. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Na década de 1960 as notícias sobre violências e crimes cometidos por grileiros contra lavradores cariocas seriam usadas pela imprensa comunista como um instrumento de afirmação do seu antagonismo em relação a Carlos Lacerda ao então governador do estado da Guanabara (nome que designaria a partir de 60 o ex-Distrito Federal). Todos os problemas e desventuras sofridas pelo lavrador do Sertão Carioca eram, no final das contas, colocados na conta do “corvo da rua do Lavradio”,<sup>11</sup> que agiria mancomunado com as companhias imobiliárias no crescente processo de especulação das terras da zona rural da cidade. Exemplo disso foi a destruição das hortas de cem lavradores em Jacarépaguá por parte de policiais da vigilância sanitária. Sob o título “Polícia de Lacerda protege a ‘saúde da light’”, o *Novos Rumos* desvendava os verdadeiros motivos “da invasão destruidora, com tôda a sua truculência de tipo fascista” da polícia.

É simplesmente o aumento do lucro imobiliário que o sr. Lacerda favoreceu, ao iniciar, na prática, a expulsão dos lavradores das terras da ‘Light’, destruindo suas plantações sem a menor indenização e sem qualquer informação aos lavradores sôbre seu futuro(...).

Talvez agora se torne mais compreensível porque tão grande número de escritórios eleitorais do sr. Lacerda localizava-se nos térreos de edifícios em construção.<sup>12</sup>

Meses depois a polícia de Lacerda voltaria a “assinar ponto no sertão guanabarinu”. Tal como em Jacarépaguá, aquele mobilizaria a polícia em Campo Grande para atender aos “negros propósitos” dos “tubarões de terra” numa nova “empreitada sinistra”:

Cenas difíceis de se supor que ocorressem em longínquos rincões do interior, onde o coronelismo e o latifúndio impõem sua vontade, acontecem a menos de hora e meia de ônibus do centro do RJ.(...) com o conhecimento e a aprovação tácita do governador – (...) o aparelho policial se presta a violentar primários direitos de cidadãos pacatos, de quais não se conhece outra atitude que não o do trabalho, penoso e diuturno.<sup>13</sup>

Figura 4



Fonte: Acervo do *Última Hora*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Essas imagens veiculadas pela imprensa, representando o Sertão Carioca como um “cinturão verde” em vias de desaparecer sob o peso dos loteamentos e do despejo agressivo de milhares de humildes lavradores, certamente espelham boa parte do que acontecia na região. Um dos indícios mais representativos eram sem dúvida as leis de zoneamento por parte do poder executivo da cidade. Por meio do *decreto n. 15.220* o governo Carlos Lacerda dividia a própria Zona Rural em duas sub-zonas: a Sub-Zona Rural de Expansão e a Sub-Zona Rural de

Reserva Agrícola.<sup>14</sup> E pelo decreto n. 37 de 1963, em seu artigo 2º, ficava estabelecido que qualquer local do Estado da Guanabara, mesmo fora das zonas industriais, poderiam ser delimitados como “núcleos industriais provisórios”.<sup>15</sup> Contudo, a região ainda era, mesmo nos difíceis anos 50 e 60, capaz de abrigar um outro cenário. Quando tudo levava a crer que o fim da agricultura e, conseqüentemente, dos lavradores do Sertão Carioca era um fato quase que consumado, os números do censo de 1960 mostram um acontecimento surpreendente.

Figura 5



Fonte: Tribuna Popular, anos 40. Acervo da Biblioteca Nacional.

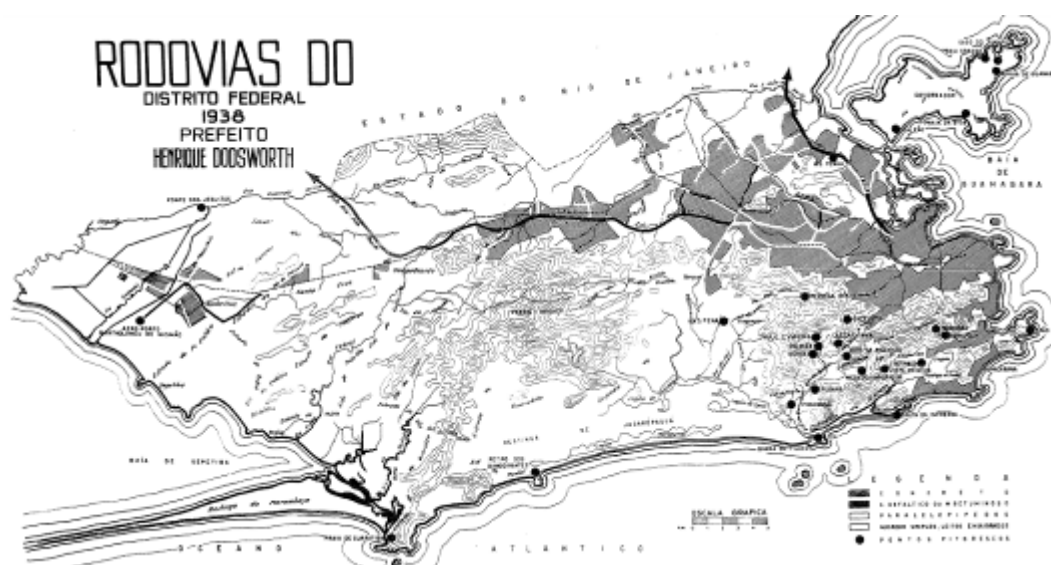
A agricultura ainda era capaz, mesmo com todas as dificuldades, de contestar os prognósticos mais catastróficos. No final da década de 50 a área agricultável tinha crescido 13%, muito impulsionado que foi pelo crescimento de cerca de 19% dos estabelecimentos agrícolas. Essa expansão teve como carro-chefe os pequenos sítios e lotes. Dos novos estabelecimentos, um pouco mais de 95% eram constituídos por terrenos de menos de 10 ha.<sup>16</sup>

A simples preocupação dos legisladores em incluir na Constituição do Estado algumas reivindicações de lavradores demonstra que nem tudo estava plenamente decidido naquele conflituoso Sertão Carioca. É preciso, portanto, pensar de forma mais detida sobre o que tornou possível a expansão de formas de trabalho agrícolas tidas e havidas por “precárias” numa região que se mostrava ano após ano, pouco disposta a acolher em seu seio atividades de

cunho rural. O que teria encorajado esses arrendatários a se estabelecerem numa região “esquecida pelos poderes públicos” e entregue a “sanha” de “grileiros” e “intermediários”? Somos levados então a acreditar seriamente na possibilidade de que pelo menos para algumas pessoas, a perspectiva da extinção e tomada completa do Sertão Carioca por parte das loteadoras não era assim tão inexorável. Existiram alguns questionamentos a respeito e, em que pese aquela perspectiva ter triunfado, eles não foram menos importantes – a não ser que queiramos adotar o ponto de vista próprio de quem já sabe quem foram os “vencedores” e os “derrotados” depois de tudo já ter se passado, de maneira supostamente completa e definitiva.

Isso ficará mais claro ao passarmos á análise da questão dos despejos. Segundo Fania Fridman, a distância de mais ou menos uma década entre o tempo de parcelamento das glebas e a construção imobiliária verticalizada, indica a constituição de estoques fundiários relevantes que atuavam na formação dos preços de terra e moradia (FRIDMAN, 1999: 577). Essa mesma observação, como pudemos ver acima, Geiger já fazia na época. Esses estoques tinham um sentido preciso: ganhar tempo para especular ainda mais com a terra. Maria Galvão já tinha percebido isso já na década de 50 quando pôde acompanhar de perto a problema da expansão imobiliária em Vargem Grande. Ali “as áreas já compradas ao Banco[de crédito Móvel] foram adquiridas por cias imobiliárias ou por indivíduos abastados, que as estão loteando e arrendando para a lavoura, aguardando o momento de dar-lhes destino mais interessante do ponto de vista financeiro”.

Figura 6 - Mapa Rodoviário do Rio de Janeiro de 1938



Entretanto, este fenômeno não parece ter sido fruto apenas de uma decisão de foro íntimo dos agentes imobiliários. Nossa hipótese é de que essa distância se deveu também às resistências empreendidas por parcela expressiva dos lavradores do Sertão Carioca frente a esses agentes. No Mendanha, por exemplo, os loteamentos se expandiam “muito bem” nas zonas de gado, mas se depararam com “forte obstáculo” em Guandu do Sena e Sete Riachos, justamente nas áreas ocupadas por lavouras de “arrendatários” e “sitiantes”, que se negavam a sair, mesmo depois das terras terem sido vendidas à Companhia Nossa Senhora das Graças, “para fins de loteamento urbano”. Situação que levou Hilda Silva escrever o seguinte em 1958: “A questão está em suspenso não cogitando os lavradores em abandonar os terrenos nos quais estão radicados há tantos anos” (SILVA, 1959: 447). Algo parecia mover aqueles lavradores a tentar se manter nas terras.

Tais lutas revelavam uma importante face desse Sertão, a de uma região de inúmeros conflitos entre “lavradores” e “grileiros” envolvendo questões de terra. Para a imprensa da época, esse era o outro lado – cujas conseqüências eram alarmantes para uns, notáveis para outros - da incorporação urbana da zona rural do Rio: a possibilidade dos lavradores se “levantarem” contra aqueles que queriam “tomar” suas terras. O contexto gerado por esses

conflitos criou condições para que outros ganhassem expressão pública como o combate dos lavradores contra as “extorsões” praticadas por intermediários e o “descaso” das autoridades públicas com a crise da lavoura carioca. Tais acontecimentos conferiam certa imprevisibilidade às transformações históricas que se processavam nessa área.

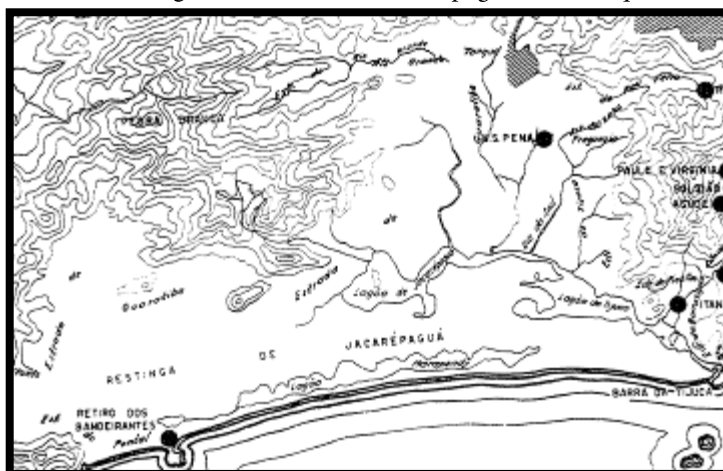
E em que pese o cenário de acirramento dos conflitos e a indefinição do desfecho dos mesmos, o que se observou é que as lutas dos lavradores (posseiros, arrendatários) sofreram um considerável impacto com o golpe civil-militar de 1964. As organizações dos lavradores - tidas como “subversivas” a “antros de agitação” – foram desmanteladas, suas lideranças perseguidas, espancadas e assassinadas. Mas mesmo a repressão dos militares não foi capaz de anular totalmente as lutas dos trabalhadores por terra na zona oeste. Ela se tornou muito mais difícil naqueles anos de chumbo, é verdade, e até por isso, os lavradores tiveram que se adaptar para driblar o cerco dos aparelhos repressores. Nesse sentido, a via legal (jurídica) teve um importante papel na manutenção dos encaminhamentos das demandas por terra e defesa de direitos.

### **A luta pela terra na transição urbana: favelas, obras de infraestrutura e a luta por moradia de 1964 a 1980**

Se a luta dos lavradores parece ter privilegiado a ação no terreno jurídico devido à repressão desencadeada no período do Estado militarista, a partir da década de 1970 a luta dos trabalhadores por terra na zona oeste do Rio de Janeiro ocorrerá em uma configuração distinta em alguns aspectos e semelhante em outros em relação ao período anterior. Neste sentido, alguns historiadores sustentam que desde 1960, a intensificação de “construções, obras públicas e particulares” desse período (o do ‘milagre brasileiro’) e o surgimento de núcleos residenciais de operários na Baixada de Jacarepaguá, dá uma indicação sobre um dos prováveis destinos dos posseiros “que transferiram mal suas antigas posses” ou que foram “despejados” ao longo dos conflitos das décadas anteriores: as favelas da região (VIANNA, 1994:111).



Figura 7 - Baixada de Jacarepaguá em destaque



Nas proximidades do litoral, continua o autor, os posseiros que perderam seu quinhão para grileiros e companhias imobiliárias, “concentraram-se, no caso da Barra da Tijuca, em redutos de pescadores do canal da Barra, ou para o interior da lagoa da Tijuca, junto aos morros do Pica-Pau e da Muzema” (Idem: 98).<sup>17</sup> Alguns daqueles que mantinham pequenas posses agricultáveis na região do Recreio dos Bandeirantes rumaram para “Rio Bonito e Vargem Grande” (Idem), próximo ao maciço da Pedra Branca, no interior da Baixada. Admitindo com algumas reservas a hipótese do autor, podemos considerar que os ex-posseiros, pequenos lavradores da região, ao perderem suas terras contribuíram ou para *formação* ou para o *adensamento* da população de algumas favelas próximas do litoral, no entorno das lagoas e no interior da Baixada de Jacarepaguá. Assim, teriam contribuído com outros setores operários da cidade no aumento “da população da Cidade Deus”, fundando ou ampliando “bairros proletários como o Nova Aurora, na Taquara, ou os localizados no Anil, na Curica”, ou construindo moradias nos “morros na subida da estrada Grajaú-Jacarepaguá” (Idem).

Além da pressão dos “grileiros”, a intensa transformação na infraestrutura da região durante a década de 1960 e as seguintes – caracterizada por intervenções do poder estatal e de empresas privadas, através da construção civil e de equipamentos e serviços (água, luz, esgoto, calçamento) de uso coletivo, abertura de vias de comunicação, obras de dragagem,

saneamento – parece ter sido outro fator que favoreceu a formação de diversos ‘bairros proletários’ e favelas na Baixada de Jacarepaguá: como nos casos das favelas surgidas ao redor do Hospital Raphael de Paula Souza e na área da Colônia Juliano Moreira.<sup>18</sup> Segundo Costa (1986:23) na Praça Seca, próximo à rua Barão, houve, a partir de 1963, com a construção de uma adutora do rio Guandu, durante o governo de Carlos Lacerda, a instalação dos “primeiros barracos da atual Favela São José, levantados pelos operários, durante construção do túnel”.<sup>19</sup>

Vejam, então, algumas obras de infraestrutura do período 1960-70, noticiadas em alguns jornais da época: o Elevado do Joá, a ponte da Barra da Tijuca, a Via 9 (atual Avenida Salvador Allende), a rodovia Rio-Santos (atual Avenida das Américas), a Via 11 (atual Avenida Ayrton Senna), o entroncamento destas duas avenidas, o viaduto Santos Dumont (sobre a lagoa do Camorim) e instalação de redes de esgoto, abastecimento de água e drenagens; para coordenar estas e outras obras na região criou-se em 1974 a SUDEBAR (Superintendência de Desenvolvimento da Barra da Tijuca), resultado do GT (grupo de trabalho) da Baixada de Jacarepaguá, criado com o propósito de garantir a execução de obras na região em acordo com o Plano Lúcio Costa, lançado em 1969.

**Figura 7** - Negrão de Lima visitando obras da Via 9, que liga a Via 11 à BR 101 (Rio-Santos)



Fonte: Correio da Manhã, 16/12/1969.

A maioria destas obras, realizadas pelo Departamento de Saneamento e Esgotos Sanitários e o Departamento de Estradas e Rodagens da Guanabara (DER-GB), se deu em

ritmo de comemoração do segundo aniversário do mandato de Negrão de Lima. Na Baixada de Jacarepaguá, a programação das “festividades” contaram com visitas “às obras da BR 101 (Rio-Santos)” e da “Ponte da Barra da Tijuca”, destinada a melhorar as condições de acesso à região. Também estava previsto visitas ao trecho “básico” da Via 9 e da Via 11 ”a primeira ligação direta entre Zona Norte e Zona Sul (Barra da Tijuca), comunicando o centro urbano de Jacarepaguá e adjacências (Madureira e Cascadura) com a orla Marítima.”<sup>20</sup> Tudo isto contribuiu para sugerir que a proposta de “cinturão verde”, embora consolidada, como vimos, nas leis do Estado da Guanabara, em algumas regiões da Baixada de Jacarepaguá, na prática ela perdia força para um projeto que veio a favorecer os interesses de especulação e valorização fundiária.

**Figura 8** - Negrão de Lima fazia o 2º aniversário de governo, a SURSAN o 10º e o DER-GB o 19º



Fonte: Correio da Manhã, novembro de 1967. Biblioteca Nacional do RJ.

Negrão de Lima fazia o 2º aniversário de governo, a SURSAN o 10º e o DER-GB o 19º. No pacote de presente, dado pela Secretaria de Obras GB, estavam a Ponte da Barra e a Via onze, esta, a primeira ligação direta entre o centro urbano de Jacarepaguá e Madureira e a orla da Barra.

Pois, com a abertura destes canais de comunicação e a realização de obras de infraestrutura, o fluxo de acesso e saída da Baixada de Jacarepaguá e o trânsito dentro da própria região ganhou mais fluidez, além do que o surgimento de serviços como água, luz, esgoto, calçamento, atraiu um tipo de população orientada para o consumo destes serviços para a região, o que resultou no aumento da oferta e procura por terrenos *urbanos*. Cabe aqui, finalmente sugerir que as décadas de 60 e 70 parecem ter sido o momento mais intenso de um

período de mudança em que uma região vai deixando de ser predominantemente agrícola. Isto pode ser percebido através do tipo de relação que começa a predominar para o uso da terra, verificada a partir da análise dos classificados da época. Vejamos: em meados de 1965, dos 43 anúncios de oferta de imóveis na região da Baixada de Jacarepaguá, 35 indicavam "melhoramentos urbanos"<sup>21</sup> ou uso de veraneio para os imóveis (áreas, terrenos e lotes para fins comerciais e residências); 5 ofertas não especificavam o uso; e apenas duas indicavam ser "lotes agrícolas", um deles informando possuir o terreno "todo plantado."<sup>22</sup>

No final do ano seguinte, observa-se 38 anúncios de venda de imóveis na mesma região, dos quais apenas um indicava uso para lavoura; enquanto os demais ou eram lotes e terrenos para fins comerciais e residências, ou eram apartamentos e casas com terreno amplo ou quintal.<sup>23</sup> Já no ano de 1968, nenhum anúncio indica uso rural para os terrenos, lotes ou áreas, tendo todos eles informações sobre melhoramentos urbanos no entorno dos terrenos (situados próximos a ruas ou estradas, com calçamento, água, luz, esgoto, comércio) e "prontos para construir" lojas ou residências.<sup>24</sup>

Na década de 1970 o caderno de classificados do *Jornal do Brasil*, anunciava, apenas para o mês de janeiro do ano de 1971 mais de sete ofertas de lotes e terrenos. A maioria destes na Barra da Tijuca, onde era comum o anunciante utilizar como chamariz "o apelo à obediência ao Plano Lúcio Costa" (GONÇALVES, 1999:108) ou a valorização imediata devido a uma das obras de infraestrutura do período, configurando outro indicativo das mudanças em curso. Vale reforçar que, embora existam ainda muitas ofertas de terrenos, lotes e áreas, o apelo para um uso urbano da terra indica o movimento das mudanças em curso.

Um terceiro indicativo deste momento de transição, além de ser percebido pelos classificados, pode ser visto através das notícias de obras de infraestrutura veiculadas nos jornais da época, realizadas pela SURSAN, CEDAG e o Departamento de Rios e Canais, todas estas autarquias do governo da Guanabara. Em fins de 1969 o jornal *Correio da Manhã* comentava que o planejamento de ocupação de parte das terras da Baixada de Jacarepaguá por "residências e lojas comerciais" previa que "dentro de cinco anos" a região estaria "preparada

para abrigar quase dois milhões de habitantes”, necessitando “que a rêde de abastecimento seja, no mínimo, de 200 milhões de litros diários”.<sup>25</sup> Enquanto isso, “os trabalhos de dragagem das lagoas” e fornecimento de energia elétrica eram executados. Dois anos depois, o mesmo jornal, falando sobre as obras do período, relatava que tendo se alterado a condição fundamentalmente agrícola da região, as tarefas a serem cumpridas tomaram outras proporções, exigindo drenagens, instalação de redes de esgoto e sanitária, etc. A parte urbana de retificação de canais e de drenagem é uma obrigação própria do Estado.<sup>26</sup>

Esta breve análise serial pode servir como indicativo de um momento de transição de uma região que aos poucos vai deixando de ser predominantemente rural: gradualmente, a Baixada de Jacarepaguá vai assumindo contornos de uma região predominantemente urbana.

Paralelamente à onda de realização de obras de infraestrutura, inaugurações de equipamentos públicos e vias de comunicação, vimos, também, que o processo de transição urbana na Baixada de Jacarepaguá, além de produzir a valorização de terrenos na região, aquecendo o mercado imobiliário, também atraiu um tipo de mão-de-obra que se estabeleceu em bairros proletários e favelas (estas últimas eram consideradas naquela época como “construções clandestinas”). Por outro lado, ocorre também a demolição de algumas favelas que surgem, principalmente, na região da Barra da Tijuca e no seu acesso. E não por acaso, é na mesma década de 1970 que são construídos alguns dos condomínios mais extensos e luxuosos daquela região, alguns com nome de bairros da zona sul, esta já saturada em seus limites de expansão: Nova Ipanema, Novo Leblon, Riviera Del Fiori, Atlântico Sul e Barramares. Nesta época, mas não por coincidência, temos algumas ações e tentativas de despejo e remoção de favelas na região: a favela Via 11, a Cidade de Deus, a do Canal do Anil (paralela a av. Ayrton Senna), a do Rio das Pedras, a Cidade-Luz (em Vargem Grande), a do Arroio Pavuna e na favela da Lagoa, que existia onde atualmente é o Riocentro.<sup>27</sup>

Enquanto as Vias 9, 11 e a BR 101 e outras vias de comunicação eram abertas, “duas viaturas da radiopatrulha” percorriam “diariamente tôda a Baixada”, auxiliando o “delegado fiscal” da região, demolindo e “proibindo construções irregulares e impedindo sobretudo a

construção de barracos e a conseqüente proliferação de pequenas favelas já existentes.”<sup>28</sup> Nos anos de 1970-72, Gisélia P. Grabois, analisando a ideologia do programa de remoções em curso na cidade, informava que dos 3.130 barracos removidos na região central e oeste do Rio de Janeiro, 98 estavam localizados na favela Via 11, em Jacarepaguá (GRABOIS, 1973: 68).

Na Cidade de Deus, os rumores de que um grupo imobiliário estaria comprando barracos e casas com o intuito de demoli-las e pouco a pouco erradicar a favela, resultou, nos idos de 1970, numa grande mobilização de porta em porta feita por um grupo de moradores alertando os demais para o perigo que rondava; posteriormente, este grupo, devido ao prestígio de ter impedido uma possível remoção da favela, ocupou os cargos do Conselho de Moradores da Cidade de Deus (COMOCIDE). No Canal do Anil, a mobilização dos moradores para enfrentar e impedir o despejo, realizado no ano de 1978 pelos militares do exército, mobilizou em sua maioria, mulheres e crianças; e no Rio das Pedras, que durante a gestão de Negrão de Lima (1965-1970) contava ainda com poucos barracos, um líder comunitário da região, conhecido por Pedro Rocha, organizou dois ônibus lotados com moradores desta favela e partiram para o Palácio da Guanabara, onde acamparam, pressionando pela posse das terras onde moravam. As outras duas, Cidade-Luz e favela da Lagoa, foram completamente removidas.

No final da década de 80, segundo relato de moradores antigos, a Vila de pescadores Arroio Pavuna e mais uma vez o Canal do Anil passaram por ações e tentativas de remoção, num período em que ainda era comum a Prefeitura mobilizar forças policiais, como a Patamo (unidade de policiamento tático-móvel), para realizar patrulhamento e incursões na região para impedir, por meio da violência, a “proliferação de favelas”.<sup>29</sup>

Em resumo, o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980, referente à Baixada de Jacarepaguá, possui elementos que nos permite delinear com certa precisão um conflituoso processo de ocupação das terras da zona oeste num período, como vimos, de *transição urbana*, em que se identifica: obras de infraestrutura (abertura de vias de comunicação, drenagem, ampliação das redes de água e esgoto) e outras de consumo coletivo

(luz, calçamento), aquecimento do mercado imobiliário, ações de remoção e demolição de barracos de favelas pela Polícia a mando do governo estatal, enquanto que, por outro lado, verifica-se o declínio da visibilidade da luta dos lavradores de outrora, que a partir de 1964 passa para o terreno jurídico devido à repressão e a pressão de grileiros. O surgimento das lutas por terra para moradia protagonizada por moradores de favelas, como as verificadas em Rio das Pedras, Canal do Anil e Cidade de Deus alguns exemplos,<sup>30</sup> apontam agora para um novo contexto, em que novos agentes protagonizam as lutas sociais a partir de novas demandas e estratégias.<sup>31</sup> Porém, a despeito das alterações, a disputa pela posse da terra continua o ponto nevrálgico dos conflitos.

### **A luta pela terra nas décadas de 1990, 2000 e 2010: favelas, megaeventos e o Centro Metropolitano**

O processo de ocupação das terras da zona oeste, na região da Baixada de Jacarepaguá, principalmente por grupos sociais de “visão elitista” e, portanto, geralmente opositores ao estabelecimento de favelas em bairros tidos como “nobres” (como os da zona sul e, atualmente, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes), habitualmente, moradores dos condomínios que surgem na Barra a partir da década de 70, passam a se constituir, junto com alguns órgãos de imprensa, em mais um elemento de pressão sobre a população favelada. A imprensa, como visto acima, classificava as favelas na década de 60 e 70 de “construções clandestinas” e frequentemente publicavam notas e reportagens nitidamente tendenciosas, ressaltando a “proliferação fácil” dos “barracos” e situações de desordens e irregularidades,<sup>32</sup> atuando através de seus discursos como força social, constituindo mais um elemento de pressão nas políticas estatais de erradicação de favelas.

O ano de 1989 teve 1.823 lançamentos residenciais somente na região da Barra, enquanto o ano de 1994, para o mesmo tipo de imóveis e na mesma região, teve 3.828, contra 94 lançamentos comerciais (ADEMI,1997). Recuando alguns anos, o GT da Baixada de Jacarepaguá estabelecia para uma parte da região uma proposta de ocupação em que 60% da

área total dos condomínios horizontais, deveria ser “mantido como área livre, para criação de piscinas, campos de esporte, estacionamentos e *play-grounds*, cabendo a mesma determinação para os clubes sociais”.<sup>33</sup> Ressalta-se ainda o tipo de edificações que viria a ser a característica para a região da Barra da Tijuca, Recreio e, em menor medida, demais regiões da Baixada: condomínios residenciais ou de lojas, shopping centers, etc. Em contrapartida, como vimos, a Polícia local era deslocada para demolir e impedir a proliferação de barracos e favelas na região. Era o Estado tomando partido nessa luta, fazendo uso inclusive da força e violência.

A partir da década de 80 e 90 grupos locais começam a se organizar fazendo pressão política nos órgãos estatais através de espaços na imprensa e de associações civis para a erradicação de favelas. Em tom de alerta às autoridades, o jornal *Última Hora*, na coluna *Cibulares*, em meados de 1984, pedia “cuidado com a favelização da Barra”, pois bem perto dali, na Via 9 (atualmente corresponde às avenidas Embaixador Abelardo Bueno e Salvador Allende) já se observava “12 construções ilegais”.<sup>34</sup> Na década seguinte, após a remoção de uma favela situada na avenida Via Parque a SCAP (Sociedade Civil Amigos da Península) foi criada por moradores e empresários investidores na região para realizar parceria com a Fundação Parques e Jardins e acabou se tornando “responsável pela área” e por realizar obras de sinalização e paisagismo por toda aquela avenida.<sup>34</sup> A historiografia da Baixada de Jacarepaguá também possui opositores fervorosos da ocupação da Barra por barracos e favelas.

Ayrton L. Gonçalves, ex-professor da UERJ e do Colégio Pedro II, ex-Vice-Reitor de Desenvolvimento da Universidade Gama Filho e químico-tecnologista aposentado pelo Ministério da Marinha foi um dos primeiros moradores do condomínio Novo Leblon e escreveu um livro de memórias sobre a região. Em sua obra o autor não esconde seu posicionamento contrário à existência das favelas na região e comentando sobre os lançamentos de empreendimentos imobiliários nas décadas de 1980 e 1990, afirma que “essas conquistas e desenvolvimento começam a cobrar o seu preço... como, por exemplo, o crescimento das áreas faveladas por toda região” (GONÇALVES, 1999:152).



Gonçalves também critica as administrações anteriores à de César Maia, pois este, segundo o autor, enfrentou “com decisão as ocupações indevidas na Barra da Tijuca, sobretudo nos locais mais nobres, desvalorizados e descaracterizados por um processo de favelização não reprimida” (Idem:102). O autor se refere ao episódio do Rock’ n Rio de 1985, quando o então governador Leonel Brizola teria supostamente ordenado que o material usado na construção das instalações do evento fosse doado às populações pobres para construir moradia. Para este “influyente” morador da Barra, a retirada dos ocupantes de favelas e a posterior construção de parques públicos permitem aos frequentadores da Barra “um contato mais íntimo com o meio ambiente, à semelhança com o que ocorre na região dos Everglades, no sul da Flórida” (Idem:135).

Naturalizar a identificação entre processos sócio históricos como "expansão do capital imobiliário" e "desenvolvimento regional" para o caso da Barra, corresponde, na verdade, a apenas um dos diversos e possíveis enfoques analíticos sobre a "transformação do espaço urbano", mas que camufla certa ideia sobre o "desenvolvimento urbano" e a "modernização da cidade,... com o fito de adaptá-la à 'modernidade' capitalista em nome do 'bem comum'" (SOUZA, 1998: 9). Em decorrência deste raciocínio, "reformas urbanas de corte autoritário e conteúdo antipopular", "programas de urbanização de favelas e de remoção" se tornam passíveis de serem recobertos "pela rúbrica 'desenvolvimento urbano'" e mesmo o aparecimento, o surgimento e a modernização das cidades surgem, indubitavelmente, como símbolos acabados dessa versão ideologicamente hegemônica do desenvolvimento, fáustica, onde os empresários e o Estado emergem como heróis-civilizadores, os desenvolvedores por excelência (Idem, p.10).

Segundo Souza, as palavras de Gonçalves refletem, portanto, em escala local (um)a ideia (que pretende ser) dominante de desenvolvimento econômico, nada menos que uma das possíveis leituras da realidade histórica de sua época, mas que serve para mapearmos um contexto de disputa pelo uso da terra que produz impactos nas finalidades e ações das políticas de governo da época em relação às favelas da região. O discurso pró-remoção de

favelas não se restringiu à literatura sobre a história da região da Baixada de Jacarepaguá: a nível de política de estado o discurso ganhou corpo na repressão institucionalizada na administração municipal. Neste período acirram-se os conflitos sociais pela cidade em geral, destacando a atuação do executivo municipal como agente repressor através da então recém-criada Guarda Municipal, imprimindo violência nas ações de despejos e na repressão a camelôs.<sup>35</sup>

Sabemos que a administração César Maia, além da repressão aos pobres, ficou conhecida pela realização de obras de “embelezamento” pela cidade. Em uma delas (1992-1996), dando continuidade às ações voltadas para regiões como zona sul e Barra da Tijuca, como fez Marcelo Alencar na década de 1980 com o projeto Rio-Orla<sup>36</sup>, tem-se a duplicação das avenidas das Américas e Ayrton Senna, para desafogar o então já caótico cruzamento entre aquelas duas avenidas. Quanto às tentativas de remoções e lutas pela moradia, este período é altamente explosivo e representativo desta política de embelezamento, ou seja, removem os pobres e favelados e permanecem os ricos: a favela Via Parque, margeando a via homônima, foi removida com muito custo para a construção do condomínio Península e da criação de um parque ecológico, o Mello Barreto,<sup>37</sup> ambos pela Carvalho Hosken; outra favela também removida durante a década de 90 na região da Barra e que em seu local, posteriormente, também foi realizada obra de paisagismo, situava-se onde hoje é o Parque Professor Souza Araújo e parte do estacionamento do centro de compras Downtown (GONÇALVES, 1999: 135).

A partir do exposto acima se verifica, nas décadas de 80 e 90, mudanças nas táticas executadas pelo Estado em erradicar com recurso da violência as favelas da região: agora contando com apoio mais visível de indivíduos e grupos civis, atuando através da imprensa e da literatura com certa leitura do desenvolvimento urbano local, onde a administração estatal, através das obras de infraestrutura, continua a desempenhar papel destacado no processo de urbanização e ocupação das terras da zona oeste, promovendo a valorização fundiária/imobiliária e as remoções de favelas na Baixada de Jacarepaguá, principalmente em

regiões como a Barra da Tijuca e o Recreio, que se consolidam cada vez mais como opção de moradia para grupos ricos e elitistas. Outra novidade tática é o recurso à violência instituída a nível municipal para reprimir as lutas de resistência contra as remoções; a terceira tática executada pelos grupos que articulam as remoções de favelas é utilizar o argumento da conservação ambiental para executar despejos que resultam na valorização de áreas, onde posteriormente são construídos empreendimentos imobiliários residenciais e comerciais destinados à classe média e alta. Estes empreendimentos imobiliários, por sua vez, embora surgidos na década de 1970, tiveram uma certa expansão entre 1989-1994, correspondendo a mais de duas mil unidades, conforme os dados citados da ADEMI/RJ.

Por outro lado, é nesta década de 1990 que estas movimentações de luta contra remoções conquistam duas relativas, mas importantes, batalhas neste embate contra o Estado e o capital imobiliário: uma delas foi a inclusão das favelas do Terreirão e do Canal das Taxas,<sup>38</sup> após longos meses de luta de resistência, no Recreio dos Bandeirantes, no programa favela-bairro, lançado justamente na gestão César Maia; a outra, foi a demonstração da capacidade de mobilização e resistência dos moradores da favela Vila Autódromo em organizar mais de centenas de moradores para impedir tratores, sob a ordem do então subprefeito Eduardo Paes, de demolir as suas moradias.

As décadas de 2000 e início de 2010 podem ser considerados conjuntamente, tendo em vista a característica principal de ser uma conjuntura de elaboração e execução de propostas de preparação da cidade para sediar eventos e competições esportivas internacionais. Convém lembrar os esforços recentes dos governos locais em tentar organizar na cidade as Olimpíadas de 2004 e de 2012. O Pan de 2007, os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, constituem propostas de candidaturas aceitas, já tendo sido realizada as duas primeiras competições. Só para registrar, estes esforços são o resultado da parceria entre as três esferas de governo (municipal, estadual e federal) aliada a organismos e grupos empresariais internacionais e nacionais.

A Baixada de Jacarepaguá foi a região que mais sediou instalações para abrigar os eventos relacionados ao Pan de 2007 e atualmente é uma das regiões que mais vem recebendo intervenções urbanas desta finalidade para as competições de 2014 e 2016. No primeiro momento, tem-se a construção da Vila Pan-Americana (financiada com recursos do FGTS e com seus mutuários em litígio com a Caixa), O Parque Aquático Maria Lenk, o Velódromo e a Arena Multi-uso (hoje arrendada ao Banco HSBC que explora organizando shows); no segundo, o Parque Olímpico, a Ilha Pura (vila dos atletas), os serviços de transporte rápido (BRT Transolímpica, Transcarioca e Transoeste), a Linha 4 do Metrô e alargamento e repavimentação de diversas vias da região. Como se vê, mesmo realizadas em momentos diferentes as obras de infraestrutura e transformação urbana se complementam.

Com todas estas intervenções urbanas de grande impacto a repercussão no mercado imobiliário não foi diferente do que ocorreu nas décadas anteriormente descritas, pois nos casos em que foi possível remover as habitações dos moradores de favela verificou-se a exploração destes locais por empresas do setor imobiliário. Vejamos alguns casos na conjuntura do Pan-americano de 2007, em que secretarias do município (ordem pública, habitação, etc) atuaram diretamente na execução dos despejos: um deles foi o da favela Arroio Pavuna, que margeia o rio homônimo e é situada próximo à ponte sobre o mesmo na avenida Embaixador Abelardo Bueno. No local há mais de 80 anos (de acordo com placa na entrada), 26 famílias foram desalojadas para a construção de um acesso de veículos para o condomínio Cidade Jardim, construído na época pela Carvalho Hosken; e as indenizações foram pagas em cheque pela própria construtora (MELLO & GAFNEY, 2010:8).

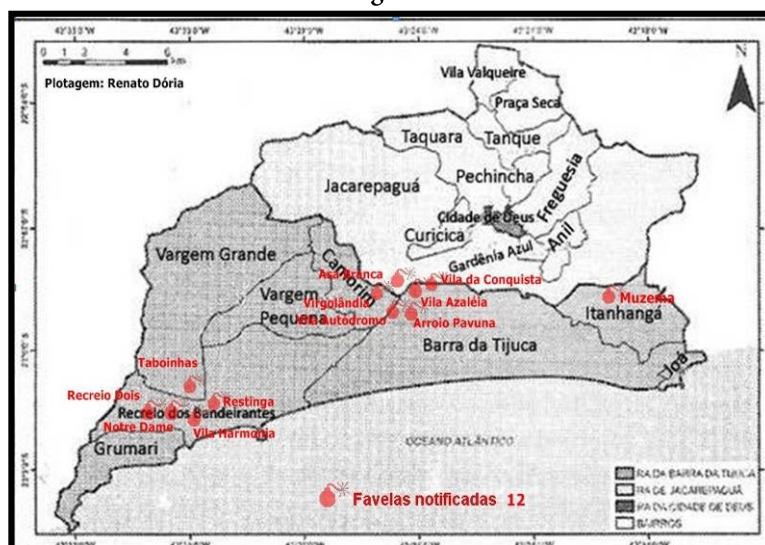
Caso semelhante foi o da favela Canal do Cortado, que teve mais de 50 famílias desalojadas e o mesmo número de residências demolidas, com indenizações pagas pela construtora Rio-Polimix (idem). Houve também casos de tentativas de despejos executadas, mas que encontraram a resistência organizada dos moradores, como o caso das já citadas Vila Autódromo e o do Canal do Anil. Nesta última, cerca de 61 casas (famílias) foram notificadas para despejo pela SMH; esta, porém, não considerava a capacidade de mobilização dos

moradores e dos apoiadores, dentre estes militantes de diversos movimentos sociais, estudantes e advogados populares. Segundo um morador, apoiadores e moradores chegaram a ir às vias de fato contra guardas municipais.

Em 2009, cerca de 16 favelas da cidade fizeram uma manifestação em frente ao prédio administrativo da Prefeitura, na avenida presidente Vargas e dentre estas, lá estavam algumas pertencentes à Baixada de Jacarepaguá: Alto Camorim, Vila Autódromo, Canal do Anil e outras. Neste ato foi lançado o movimento “Olimpiada não Justifica Remoções”. Esta movimentação ocorreu logo depois de divulgado que a cidade sediaria as já referidas competições de 2014 e 2016 e após a divulgação dos planos de infraestrutura, momento em que também foi anunciado pelo então secretário de habitação Jorge Bittar e pelo Prefeito Eduardo Paes a necessidade de remover 119 favelas da cidade.<sup>39</sup> Desde então as famílias receberam diversas visitas de agentes da SMH, que pichavam suas residências com a sigla desta secretaria e informavam às famílias a exigência de serem realocadas para apartamentos em Vila Cosmos e Santíssimo, no extremo oeste da cidade. Daquele total 40 estão localizadas na Baixada de Jacarepaguá.<sup>40</sup>

Com o início das obras, ao mesmo tempo começavam a surgir as notificações de despejo na região. Vários jornais, de diferentes tendências políticas procuraram, ao seu modo, noticiar o desenrolar dos acontecimentos. Alguns deram pouca visibilidade e atenção aos moradores de favelas, já outros jornais, como vimos em relação aos posseiros lavradores do então sertão carioca, acompanharam e divulgaram amplamente as lutas pela posse da moradia. Em setembro, “O Globo” noticiou sobre a existência da “maior polêmica” que rondava no Recreio dos Bandeirantes: “a demolição de cerca de 157 imóveis da favela da Restinga” e que “a subprefeitura de Barra e Jacarepaguá notificou dezenas de moradores... pedindo que os imóveis fossem desocupados no prazo de cinco dias”.<sup>41</sup>

Figura 9



Neste mapa das RA's da AP4, vemos a distribuição geográfica das favelas notificadas na região da Baixada de Jacarepaguá durante os anos de 2010-2012. A esquerda do mapa, na região do Recreio dos Bandeirantes, temos as favelas ameaçadas de remoção por conta do BRT Transoeste. Ao centro, na região da Barra da Tijuca e Curjica, temos as favelas ameaçadas de remoção ao redor do futuro Centro Metropolitano. Fonte: FLCR/APRD, adaptado por Renato Dória.

No campo dos jornais vinculados a movimentos sociais, o periódico da Frente Internacionalista dos Sem Teto (Fist), no final de 2010, dedicava duas páginas inteiras para denunciar o “*massacre nas remoções em todo o Brasil*”, informando sobre os despejos em três ‘favelas’ localizadas na Baixada de Jacarepaguá: Vila Taboinha, Vila Recreio Dois e Vila Harmonia.<sup>42</sup> Jornais de organizações políticas, como *A Nova Democracia*, boletim mensal que propõe a construção de um partido revolucionário de vertente maoísta do marxismo-leninismo, também noticiou que em setembro do mesmo “oficiais de justiça acompanhados da tropa de choque da PM foram à favela Vila Taboinha, em Vargem Grande para despejar as cerca de 400 famílias que vivem há cerca de cinco anos no local.”<sup>43</sup>

Com o avançar das obras e das notificações de despejos, avançava também a valorização de terrenos na região: com o seguinte subtítulo da capa do suplemento especial, “O Globo” noticiava que “segurança pública e obras de infraestrutura fazem com que a cidade experimente aumento de vendas, valorização do metro quadrado e a volta de lançamentos em bairros que há anos não recebiam investimento”.<sup>44</sup>

E o texto segue:

graças às expectativas geradas pelas obras de infraestrutura viária, grandes empreendimentos são anunciados na Barra e no entorno da Baixada de Jacarepaguá. Ali, a Avenida Embaixador Abelardo Bueno desponta com ambições de se tornar o novo Centro Metropolitano do Rio, como teria imaginado, há 40 anos, o arquiteto e urbanista Lúcio Costa.<sup>45</sup>

No mesmo texto do jornal, o diretor da Brookfield Incorporações, Caetano Sani, seguindo os passos de Lúcio Costa<sup>46</sup> ‘profetiza’ que “O futuro Centro do Rio vai ser a Barra da Tijuca; o Centro Metropolitano será o que a Avenida Rio Branco é hoje”.<sup>47</sup> Na mesma avenida a incorporadora comercializou o metro quadro do seu mais recente lançamento, o Barra Business, por R\$14,5 mil (!), continua a matéria. No mesmo frenesi de ganho financeiro com a valorização de imóveis na região, ainda no mesmo caderno suplementar, o texto da página 10 esclarece como funciona a valorização fundiária na região:

para o mercado imobiliário, tem especial importância os investimentos em infraestrutura viária provocados pelos jogos, que prometem resolver os engarrafamentos no acesso à Barra e promover novo salto de valorização na região... Ou seja, os corredores expressos da Transcarioca e Transolímpica, além do túnel da Grota Funda.<sup>48</sup>

Figura 10



Nesta foto de satélite, provavelmente adaptada do Google Maps, vemos a localização exata do futuro Centro Metropolitano do Rio de Janeiro. A região, bastante valorizada, possui aproximadamente seis favelas ao seu redor, todas elas notificadas para remoção entre 2010-2012.

No entanto, não faltaram esforços e tentativas de reverter esta situação desfavorável na relação de forças entre as diversas frações de grupos ligados ao capital de construção civil, imobiliário e as três esferas de governo, de um lado, e do outro, as famílias de trabalhadores moradoras de ‘favelas’ que eram alvo das ações de despejos. No mês de dezembro o jornal *A Nova Democracia*, já citado, informa com entusiasmo sobre o desfecho da tentativa de despejo das famílias de trabalhadores de Vila Taboinha que a sentença da juíza da primeira vara cível da Barra da Tijuca, Érica Batista de Castro, não foi efetivada graças à heroica resistência dos moradores, que por horas a fio mantiveram um bloqueio humano no único acesso à favela e ergueram uma imensa barricada no caminho da tropa de choque.<sup>49</sup>

O jornal “O Globo”, na reportagem do mês de setembro, também citada no começo do texto, informa timidamente e à sua maneira que, apesar de a subprefeitura ter notificado “dezenas de moradores” solicitando a desocupação dos imóveis desde julho de 2010 “nenhuma notificação foi atendida até” aquele dia (17) do mês de setembro.

De agosto de 2010 a abril de 2011, cerca de oito meses de luta e resistência contra dezenas de ordens de despejos e ações de demolição de moradias de trabalhadores postas em execução pelos agentes da gestão municipal e seus colaboradores, o saldo parcial eram três



favelas removidas: Vila recreio 2, Vila Harmonia e Notre Dame e duas que, já bastante destruídas, sobreviviam a duras penas: Restinga e Vila Taboinha. Por outro lado, observam-se notícias de investimento de capitais, obras de infraestrutura, valorização fundiária e aquecimento do mercado imobiliário. Apesar disso tudo, o que para nós mais vale registrar é que os moradores das favelas da Baixada de Jacarepaguá não foram sujeitos passivos das ações de despejos e de demolição de suas moradias até hoje realizadas. A decisão das famílias em permanecerem no local onde sempre moraram demonstra que elas próprias, assim como as famílias dos pequenos lavradores e posseiros do passado, enxergavam nos conflitos um campo aberto de possibilidades, um meio e não um fim em si mesmo: lutar pela manutenção da posse de um bem primordial para reprodução da vida do trabalhador/a, que é a moradia e nela poder criar os filhos de forma digna, são condições fundamentais que legitimaram o argumento das inúmeras famílias.

Centenas de famílias de trabalhadores lutaram contra os despejos e por permanecer na Baixada de Jacarepaguá por mais de oito meses, e também, muitas outras continuam na luta. As ações de mobilização para a luta e resistência das famílias de trabalhadoras/es contaram com a organização de assembleias, debates e plenárias nos locais afetados e com a participação de diversas organizações populares e movimentos sociais; realização de atos e manifestações nas ruas e ocupação de prédios públicos; resistência à confrontos violentos contra forças policiais; apoio jurídico de advogados populares e de defensores públicos; demonstrando, enfim, que o movimento de luta contra os despejos e demolições de moradias de família de trabalhadores dos últimos anos foi uma construção coletiva do próprio conjunto de trabalhadores oprimidos e insatisfeitos, e quando organizados se insurgiram contra os ataques do capital e dos governos, contando inclusive, com uma pequena colaboração de setores da classe média sensíveis à sua luta.

## Considerações finais

Vimos que desde as primeiras décadas do século XX o acesso de segmentos populares à terra na região (então chamada de *Sertão Carioca*) se constituiu em um processo difícil e conflituoso. Mas nesse período a luta pela terra guardava importantes especificidades: os principais agentes que buscavam ter acesso à terra eram pequenos lavradores (*posseiros*), o que era coerente com o próprio perfil da região, eminentemente agrícola. Isso possibilitou que a luta pela terra por parte dos posseiros fosse associada a um esforço de preservação de um cinturão verde, capaz de suprir as necessidades por gêneros alimentícios de primeira necessidade (legumes, verduras, frutas etc.). Associação esta feita não só por posseiros e suas “lideranças”, mas também por praticamente toda a imprensa carioca, pelas autoridades políticas da cidade (prefeitos, vereadores, deputados, senadores) e partidos políticos (PCB, PTB, UDN e PSB).

A partir de meados da década de 1960, quando o então Estado da Guanabara assume importância considerável no processo de *transição urbana* da região da Baixada de Jacarepaguá, onde verificamos a realização de inúmeras obras de infraestrutura e de expansão de serviços coletivos ligados à usos urbanos, sugerimos, apoiados em diversas fontes, que parte da região deixava de ser predominantemente rural; período este que correspondeu, também, na diminuição da visibilidade das lutas dos pequenos lavradores que ocupavam a parte mais próxima do litoral da região da Baixada de Jacarepaguá. De 1960 à 1980, o conflituoso processo de ocupação das terras da região assume expressão distinta: o Estado de destaca, ao mesmo tempo, como agente disparador e potencializador da especulação e valorização fundiária e imobiliária e como agente promotor das ações de erradicação das favelas. Consequência disso foi o surgimento dos conflitos entre Estado e moradores de favelas, que nas décadas seguintes se acirram cada vez mais. Nas décadas de 1990 e 2000, com a redemocratização e com o revigoramento das associações civis – em especial, as organizações de bairro, a luta por terra voltou a ocupar com força a esfera pública, e os conflitos ganham uma dimensão de complexidade maior, tendo em vista os diversos grupos de apoiadores que

atuaram, em alguns casos, nas ações de resistência dos moradores de favelas; e, também, os diversos grupos, ligados à imprensa e associações civis, que atuam dando sustentação à proposta remocionista.

Finalizando, a análise acima aponta que as lutas mais atuais das favelas ameaçadas de remoção pelas obras da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 são um exemplo emblemático do quanto as questões (e feridas) colocadas por aqueles posseiros da década de 40 ainda estão longe de terem sido resolvidas. A constante ameaça do Capital aliado ao poder estatal que investe na erradicação de favelas e sobre o direito à moradia dos mais pobres é uma delas. Outro fato que é preciso destacar, é que os processos de luta e resistência dos trabalhadores envolvidos nos conflitos por terra, sejam as famílias de pequenos lavradores e posseiros do passado, sejam as famílias de moradores de favelas, embora tivessem contado com a colaboração de diversos grupos de apoiadores (parlamentares, organizações políticas, movimentos sociais, advogados, defensores públicos, estudantes, sindicalistas, e demais categorias de trabalhadores), foram protagonizados por aqueles trabalhadores que estavam sendo mais diretamente afetados pelas transformações em curso.

### Referências

COSTA, Waldemar. **O Vale do Marangá**. s/ed.: Rio de Janeiro, 1986.

DÓRIA, Renato; SAMIS, Alexandre. “*Olimpíada não justifica remoção*”: as experiências de mobilização e luta política pela posse da terra para moradia na Baixada de Jacarepaguá – Rio de Janeiro 2010-2012. Comunicação apresentada no XV Encontro Regional da Anpuh-RJ, UERJ/FFP, São Gonçalo, 2012.

FRIDMAN, Fania. “Os donos da terra carioca: alguns estudos de caso”. In **Anais V encontro nacional da ANPUR**. Belo Horizonte, vol.2 ,agosto de 1993.

\_\_\_\_\_. **Os donos do Rio em nome do Rei**. Jorge Zahar Editores & Garamond: Rio de Janeiro, 1999.

GAFFNEY, Christopher; MELO, Erick S. O. **Mega-eventos esportivos no Brasil: uma perspectiva sobre futuras transformações conflitos urbanos**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, FASE, IPURR/UFRJ, 2010.

GONÇALVES, Ayrton L. **Barra da Tijuca, o lugar**. Tex editora: Rio de Janeiro, 1999.

GRABOIS, Gisélia Potengy. **Em busca da integração: a política de remoção de favelas no Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado apresentada no PPGAS/UFRJ/MN. 1973.

GUANABARA. **Constituição da Guanabara (1961)**.

GUANABARA. **Plano piloto para urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá**. Secretaria de Obras Públicas, 1969.

LEX. **Coleção de Leis do Distrito Federal (1953-1964)**.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. “A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”, In **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, nº 34, 1992.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História e memórias”, In MATTOS, Marcelo Badaró(org.) **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História. A problemática dos lugares”, In **Projeto História**. São Paulo, nº 10, dezembro/1993.

OLIVEIRA, Francisco de. “Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização: a nova qualidade do conflito de classes”. In: MOISÉS, José A. et alli. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. 3ª edição. Paz e Terra & Centro de Estudos de Cultura Contemporânea: Rio de Janeiro, 1985.

PECHMAN, Robert Moses. **Formação histórica da estrutura fundiária na Zona Oeste do Rio de Janeiro e Barra da Tijuca**. Relatório de Pesquisa apresentado ao IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

SANTOS, Leonardo S. dos. **Um sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado: PPGH/UFF: Niterói, 2005.

SEGADAS SOARES, Maria Therezinha de. **Fisionomia e estrutura urbano do Rio de Janeiro**. In: Revista Brasileira de Geografia. Ano XXVII, nº3, Jul-Set.1965. p. 319-387.

SOUZA, Marcelo L. de. **Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um "conceito"-problema**. p.9. In: Revista TERRITÓRIO, ano III, nº5, jul./dez. 1998.

VIANNA, Hélio. **Baixada de Jacarepaguá: sertão e zona sul**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992.

### **Fontes Periódicas**

Correio da Manhã

Imprensa Popular

Jornal A Nova Democracia

Jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá

Jornal da Frente Internacionalista dos Sem Teto

Jornal do Brasil

Jornal O Globo

Novos Rumos

Tribuna Popular

Revista O Globo

Revista Barra (O Globo)

Última Hora

### **Outros**

Caderno de campo nº1. Fundo de Luta Contra Remoções/ Arquivo Pessoal Renato Dória.

ADEMI-RJ

SEIXAS, Vladimir. **Choque: o conflito diário entre camelôs e a Guarda Municipal do Rio de Janeiro (2009)**. In: Curta Metragens. GumeFilmes: Rio de Janeiro, 2010.

Artigo recebido em 03 de novembro de 2013. Aprovado em 30 de dezembro de 2013.

---

---

## Notas

<sup>1</sup> Sobre a relação entre memória e história ver MENEZES (1992), MOTTA (1998) e NORA (1993). Com relação à historiografia da zona oeste, destacamos COSTA (1986) como um dos autores mais representativos desta vertente narrativa que tende a priorizar os “filhos ilustres” e “pioneiros da região”.

<sup>2</sup> Nome do Barão da Taquara, nomeado em 1864 *Moço Honorário da Imperial Guarda Roupa*. Durante a guerra do Paraguai atuou como Tenente-Coronel e Comandante do 7º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional. Para alguns autores da década de 1980, por dedicar-se “ao povo” da região “pode ser considerado o Patriarca de Jacarepaguá”, pois doou terras a “empregados e amigos... manteve muitas escolas e consertava logradouros públicos” (COSTA, 1985:7).

<sup>3</sup> Foi advogado, jornalista e escritor, publicou livros sobre café e política. Também foi Intendente Municipal e secretário de fazenda do D.F. durante a gestão Prado Jr. A antiga estrada da Freguesia atualmente leva seu nome.

<sup>4</sup> Nascido em Florianópolis, foi dono de uma propriedade de 150 mil m<sup>2</sup> em Jacarepaguá na rua Emilia, que em sua homenagem, após sua morte, passou a se chamar Florianópolis. Também possuía um sítio na região, além de uma casa em Laranjeiras. Foi senador e Ministro da Aviação durante o governo Rodrigues Alves.

<sup>5</sup> Médico de formação, exerceu os cargos de Delegado da Inspeção Geral de Higiene e Delegado de Higiene de Jacarepaguá, além de ter sido o intendente mais votado nas eleições de 1892. Também é conhecido pela historiografia “em virtude dos serviços prestados ao povo de Jacarepaguá” (COSTA, 1985:11).

<sup>6</sup> “410 anos de Jacarepaguá”, *O Globo-Barra*, 05/09/2004, p. 24. Para um exemplo deste tipo de imagem na historiografia ver VIANNA (1994).

<sup>7</sup> A respeito das “nebulosas” transações imobiliárias na região e o imbróglio da atualidade, ver: “O poderoso chefe”, *Revista O Globo*, Ano 7, nº 362, 03/07/2011; GONÇALVES (1999) e PECHMAN (1987).

<sup>8</sup> Cf. suplemento especial d' *O Globo*, 28/04/2011. Um dos primeiros a formular de maneira mais acabada a proposta de Centro Metropolitano para a região da Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca foi o arquiteto Lucio Costa no seu famoso plano-piloto. Neste texto, segundo o autor, a região, dada a sua posição geográfica, possibilitaria a união das pontas norte-sul e leste-oeste do Estado, podendo ser potencialmente “com o correr do tempo, o verdadeiro coração da Guanabara” (GUANABARA, 1969, p.7).

<sup>9</sup> *Tribuna Popular*, 02/06/1945. p. 2.

<sup>10</sup> *Imprensa Popular*, 21/11/1956. p. 6.

<sup>11</sup> Esta era a rua onde se localizava a sede do *Tribuna da Imprensa*, na época de propriedade de Lacerda.

<sup>12</sup> *Novos Rumos*, 10-16/02/61, p. 6.

<sup>13</sup> *Novos Rumos*, 11-17/08/61, pp. 1 e 6.

<sup>14</sup> LEX: *Legislação do Distrito Federal*. Ano XXIV, pp. 80-1.

---

<sup>15</sup> Idem. Ano XXVII, p. 291.

<sup>16</sup> *Constituição da Guanabara* (1961), p. 24.

<sup>17</sup> Nesta região, surgiram as favelas do Morro do Banco, da Tijuquinha (1951) e da Muzema (1951), todas elas margeando a lagoa da Tijuca. A da Muzema foi notificada para remoção em julho de 2011 pela Secretaria Municipal de Habitação e a RioÁguas.

<sup>18</sup> Estudos recentes indicam que a origem da favela Dois Irmãos, situada no bairro da Curicica, ocorreu por permissão dos diretores de unidades estatais de serviço público, como o Hospital Raphael de Paula Souza e a Colônia Juliano Moreira, cf. análise de Potengy & Hoppe (2012).

<sup>19</sup> O autor se refere ao morro São José Operário, situado na Serra Inácio Dias, que separa o Campinho, Praça Seca e o Tanque dos bairros de Quintino e Água Santa.

<sup>20</sup> *Correio da Manhã*, 05/11/1967, p. 14.

<sup>21</sup> Para Segadas Soares, os traços mais marcantes da paisagem urbana, além da densidade e continuidade das construções, "são dados pela presença de melhoramentos, tais como abastecimento de água, iluminação pública e domiciliária, rede de esgotos sanitários e pluviais, pavimentação dos logradouros públicos e remoção de lixo público e domiciliário" (1965:344).

<sup>22</sup> *Jornal do Brasil*, 05/06/1965, 2º caderno, Classificados, p. 2.

<sup>23</sup> *Jornal do Brasil*, 13 e 14/11/1966, 1º caderno, Classificados, p. 3.

<sup>24</sup> *Jornal do Brasil*, 20/06/1968, Classificados, p. 2.

<sup>25</sup> *Correio da Manhã*, 26/11/1969, p. 5.

<sup>26</sup> *Correio da Manhã*, 03/02/1971, 1º Caderno, p.4.

<sup>27</sup> Algumas informações sobre as ações de despejos e a resistência de moradores neste período foram obtidas a partir de comunicações informais feitas por moradores que até hoje atuam na luta por moradia na Baixada de Jacarepaguá e constituem o Fundo Luta Contra as Remoções do Arquivo Pessoal de Renato Dória. Adiante abreviado para FLCR/APRD.

<sup>28</sup> *Jornal do Brasil*, 14 e 15/12/1969, 1º Caderno, p. 5.

<sup>29</sup> *Última Hora*, 18/09/1984, p. 4.

<sup>30</sup> Não descartamos, contudo, a possibilidade da luta por terra para moradia protagonizada por moradores de favelas ter começado, na Baixada de Jacarepaguá, em momentos mais recuados, visto que a primeira favela da região, a da Fazenda, ter surgido em 1926 no Itanhangá.

<sup>31</sup> Segundo Francisco de Oliveira, numa fase *urbana da economia e da sociedade*, onde a novidade é o Estado capturado pela burguesia, e é este mesmo Estado agente principal do processo de urbanização, os contendores das

---

lutas sociais não é "apenas a burguesia em geral contra o proletariado, mas o conjunto das classes populares urbanas não-proprietárias de meios de produção contra este Estado" (1978:67,74-75).

<sup>32</sup> Cf. *Jornal do Brasil*, 11/11/1971, 1º Caderno, pág.10; "Cidade de Deus: centenas de desabrigados", *Correio da Manhã*, 26/02/1971, p. 5.

<sup>33</sup> *Correio da Manhã*, 26/11/1969, p. 5.

<sup>34</sup> *Última Hora*, 18/09/1984, op.cit. Provavelmente, estes 12 barracos foram a origem da favela Vila Autódromo, pois segundo consta em informações oficiais, a ocupação inicia por volta do ano de 1985.

<sup>34</sup> GONÇALVES (1999: 135) e *Jornal do Brasil*, 07/08/2004, Caderno Barra, p. 3.

<sup>35</sup> Algumas lideranças locais afirmam que a partir deste momento é criada a Guarda Municipal para, entre outros fins, realizar despejos de favelados, pois quando Brizola era governador, este não liberava a Polícia Militar para executar despejos. Informação obtida em comunicação informal junto a uma militante em 16/09/2010, FLCR/APRD. Sobre a repressão a camelôs na cidade neste período, ver *Choque* (2009) do cineasta Vladimir Seixas.

<sup>36</sup> Na Barra da Tijuca é neste mandato que é construído a ciclovia e o calçadão na praia, a então avenida Sernambetiba foi duplicada e acrescida de jardins centrais e de iluminação, e foi construído o píer sobre o quebra-mar.

<sup>37</sup> *Jornal do Brasil*, 07/08/2004, op. cit.

<sup>38</sup> O caso da favela Canal das Taxas, naquele período possui grandes semelhanças com o que está ocorrendo com a Vila Autódromo atualmente com a construção do plano popular de urbanização realizado em parceria com técnico-universitários.

<sup>39</sup> *Jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá*, Jun./2010, p. 6.

<sup>40</sup> *Idem*.

<sup>41</sup> *O Globo*, 17/09/2010, p. 22.

<sup>42</sup> *Jornal da Fist*, Dez./2010, p. 4 e 6.

<sup>43</sup> *A Nova Democracia*, Dez./2010, p. 6. Sobre a orientação política deste boletim, ver o artigo do editorial da edição citada. Em geral, os editoriais deste boletim indicam claramente sua filiação a corrente político-ideológica maoísta de matriz marxista-leninista.

<sup>44</sup> *O Globo*, 28/04/2011, suplemento especial, p. 1.

<sup>45</sup> *Idem*.

<sup>46</sup> Ver nota nº10.



<sup>47</sup> *O Globo*, 28/04/2011, suplemento especial, p. 1.

<sup>48</sup> *Idem*.

<sup>49</sup> *A Nova Democracia*, op. cit.